



Diretriz para Estruturação de *Green Bond Framework*



Eletrobras

Green Bond Framework



Diretriz para Estruturação de *Green Bond Framework*

Sumário

1. INTRODUÇÃO	3
1.1 A estratégia de sustentabilidade e a estratégia climática da Eletrobras.....	3
1.2 Objetivos.....	8
1.3 Referencial para o Green Bond Framework.....	9
2. APLICAÇÃO DOS GREEN BOND PRINCIPLES	10
2.1 Usos dos Recursos	10
2.2 Avaliação e Seleção de Ativos	16
2.2.1 Processo de Avaliação da Elegibilidade.....	17
2.3 Gestão e Controle dos Recursos	18
2.4 Reporte.....	19
2.4.1 Alocação dos Recursos.....	19
2.4.2 Relatório de impacto.....	20
2.4.3 Avaliação Externa	20

1. INTRODUÇÃO

1.1 A estratégia de sustentabilidade e a estratégia climática da Eletrobras

A Eletrobras é uma *holding* do setor de energia na forma de sociedade de economia mista, controlada pelo governo brasileiro e com ações negociadas nas bolsas de valores de São Paulo, de Nova Iorque (EUA) e de Madri (Espanha). A holding é composta por um sistema de empresas do setor de energia: Eletrobras Chesf, Eletrobras Eletronorte, Eletrobras Eletronuclear, Eletrobras CGT Eletrosul, Eletrobras Amazonas GT e Eletrobras Furnas; pela empresa de participações Eletrobras Eletropar; e pelo centro de pesquisas Eletrobras (Cepel), do qual a Eletrobras é a principal Patrocinadora. A Eletrobras também detém metade do capital de Itaipu Binacional.

Responsável por 37% do total da capacidade de geração do país, a Eletrobras tem capacidade instalada de 42.080 megawatts e 164 usinas – 36 hidrelétricas e 128 térmicas, sendo duas termonucleares. Possui mais de 58 mil quilômetros de linhas de transmissão, o que corresponde a 57% do total nacional. A empresa também promove o uso eficiente da energia e o combate ao desperdício por intermédio do Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (Procel).

Em 2008, a Eletrobras foi autorizada a atuar no exterior. Seu foco atual é o continente americano, em especial a integração energética na América do Sul.

A Eletrobras vem buscar iniciativas que demonstrem o comprometimento da companhia com as melhores práticas de sustentabilidade empresarial, alinhadas aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) lançados pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2015, na Agenda 2030. Sua visão de futuro engloba ainda o objetivo de estar entre as três maiores empresas globais de energia limpa e entre as 10 maiores do mundo em energia elétrica. Em dezembro de 2020, 96% de nossa capacidade instalada era proveniente de fontes de energia renovável e de fontes com baixa emissão de gases de efeito estufa (GEE) (solar, eólica, nuclear e hidrelétrica). As empresas controladas da Eletrobras que atuam no segmento de geração de energia renovável são as seguintes:

- 1) Companhia de Geração e Transmissão de Energia Elétrica do Sul do Brasil (CGT Eletrosul) é uma empresa controlada pela Eletrobras e vinculada ao Ministério de Minas e Energia, resultante do processo de reestruturação societária das controladas Eletrosul e CGTEE. Atua nas áreas de geração, transmissão, comercialização de energia, e ainda em telecomunicações. Investe fortemente em pesquisa e desenvolvimento para fomentar o uso de fontes alternativas de energia e diversificar a matriz energética brasileira. Além de contribuir de forma

inovadora para melhorar a condição humana. Ao longo de sua história, esse tem sido o compromisso socioambiental da CGT Eletrosul, que busca promover a cidadania em equilíbrio com a sustentabilidade.

A matriz energética da CGT Eletrosul é diversificada, proveniente das fontes hídrica, térmica, eólica e solar, totalizando 2 GW de capacidade instalada – energia suficiente para atender ao consumo de 12 milhões de pessoas,

- 2) Companhia Hidrelétrica do São Francisco – CHESF: Subsidiária da Eletrobras, tendo mais de 99% de suas ações controladas por esta. A empresa atua nos segmentos de geração, transmissão e a comercialização de energia elétrica.

A Chesf sabe que para fomentar o desenvolvimento socioeconômico do país utiliza os recursos naturais, não alterando a harmonia do meio ambiente.

Destaca-se neste sentido a inauguração da usina solar flutuante no reservatório da hidrelétrica de Sobradinho, na Bahia. O empreendimento aproveita a área represada do Rio São Francisco e tem capacidade de gerar de 1 megawatt-pico (MWp) de energia.

- 3) FURNAS Centrais Elétricas é uma sociedade anônima de economia mista federal, de capital fechado e controlada pelas Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras. A empresa atua na geração, transmissão e comercialização de energia elétrica. Está presente em 15 estados e no Distrito Federal.

Integram seu sistema 21 usinas hidrelétricas, 2 termelétricas e 1 complexo eólico, próprios ou em parceria com a iniciativa privada, mais de 29 mil km de linhas de transmissão e 69 subestações.

FURNAS gera e transmite energia em bases sustentáveis. A gestão da empresa busca viabilidade econômica, respeito ao meio ambiente e inclusão social, para tornar-se cada vez mais competitiva e sustentável. Assim, FURNAS renova seu compromisso com o desenvolvimento do país.

- 4) Centrais Elétricas do Norte do Brasil - Eletronorte: Subsidiária da Eletrobras, tendo mais de 99% de suas ações controladas por esta. A empresa atua no segmento de geração hidrelétrica e transmissão de energia.

Comprometida com o fortalecimento de uma matriz energética limpa e renovável, a Empresa é pioneira também com fontes alternativas.

Além disso, participa de empreendimentos eólicos e investe em projetos de pesquisa como as usinas reversíveis e a geração hidrocínética.

Eletrobras Amazonas GT: Empresa controlada da Eletronorte. A empresa atua nos segmentos de geração hidrelétrica e térmica, além de transmissão de energia.



Diretriz para Estruturação de *Green Bond Framework*

- 5) Eletrobras Eletronuclear: Subsidiária da Eletrobras, é uma empresa de economia mista e responde pelo segmento de geração nuclear de aproximadamente 3% da energia elétrica consumida no Brasil. Pelo sistema elétrico interligado, essa energia chega aos principais centros consumidores do país e corresponde, por exemplo, a mais de 30% da eletricidade consumida no Estado do Rio de Janeiro.
- 6) Itaipu Binacional: é uma Entidade Binacional criada e regida, em igualdade de direitos e obrigações, pelo Tratado assinado em 26 de abril de 1973, entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai. A Eletrobras detém metade do capital de Itaipu Binacional e é responsável pela comercialização da energia elétrica da usina Itaipu consumida no Brasil. Itaipu associada a diversos parceiros, vem trabalhando com o objetivo de proporcionar um ambiente favorável ao desenvolvimento da geração de energia a partir de fontes renováveis, na região do reservatório da usina.

O acompanhamento e análise regulares do desempenho das empresas Eletrobras frente aos indicadores e metas pactuados para cada um dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) definidos como prioritários permitem elaborar planos de ação, identificar impactos positivos e negativos e promover e sustentar a criação de valor para as partes interessadas. Vale ressaltar que parte desses indicadores fazem parte das remunerações variáveis dos colaboradores, gestores e dirigentes.

Em 2020, a Eletrobras revisou seu compromisso com a Agenda 2030, priorizando 9 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas para os quais elencamos as seguintes metas até o final de 2021:

- ODS 7 (acesso à energia limpa e acessível): Manter 96% de participação de fontes de energia limpa na matriz elétrica das empresas Eletrobras;
- ODS 8 (emprego e crescimento econômico sustentável e inclusivo): reduzir a taxa de frequência de acidentes envolvendo colaboradores próprios e terceirizados.
- ODS 9 (indústria, inovação e infraestrutura): Alcançar 1,2% da Receita Operacional Líquida (ROL) regulatória aplicada em projetos de P&D+I;
- ODS 10 (Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles): Garantir a equidade de gênero nas posições gerenciais., superando o percentual de mulheres na companhia;
- ODS 11 (Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis): Reduzir 1,0% de Emissões de Escopo 1 + 2 (sem perdas na transmissão);
- ODS 12 (Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis): Ter 60% dos Fornecedores submetidos a Due Diligence nos aspectos ESG;

Classificação: Pública

Diretriz para Estruturação de *Green Bond Framework*

- ODS 13 (combate à mudança do clima e seus impactos): Reduzir as emissões de GEE e compensar as emissões que não puderem ser evitadas, visando a emissão líquida nula,
- ODS 15 (Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres): Aumentar em 5% ao ano a fixação de carbono na biomassa em áreas florestadas pelas empresas Eletrobra
- ODS 16 (Reduzir substancialmente a corrupção e o suborno em todas as suas formas): Alcançar 98 % de colaboradores treinados em políticas e procedimentos do Programa de Integridade (Compliance)

Os compromissos com a proteção ao meio ambiente e com o desenvolvimento sustentável sempre balizaram as ações da empresa, sendo que nos últimos anos tem havido maior integração às estratégias de longo prazo da empresa. Em 2012 lançamos nossa Declaração de Compromisso sobre as Mudanças do Clima, mais tarde incorporada à nossa Política Ambiental¹, na qual assumimos, dentre outras, as seguintes responsabilidades com relação à mudanças climáticas:

- Ampliar as práticas de mitigação das emissões de gases de efeito estufa e de adaptação aos efeitos das mudanças climáticas.
- Priorizar a utilização de fontes renováveis na expansão da oferta de energia elétrica contribuindo na transição para uma economia de baixo carbono.
- Adotar uma estratégia unificada que reduza e/ou compense as nossas emissões de gases de efeito estufa (GEE).
- Identificar os principais riscos e oportunidades das alterações climáticas para nosso negócio.
- Apoiar e atuar na normatização das questões relativas às mudanças climáticas no âmbito governamental e da sociedade civil.
- Identificar e gerir os riscos e vulnerabilidades visando à adaptação às mudanças climáticas.
- Internalizar, por meio de instrumentos econômicos, as externalidades associadas às emissões de GEE.

Entre as iniciativas e soluções desenvolvidas pela Eletrobras está o estabelecimento de metas de redução de Gases do Efeito Estufa (GEE). De modo a reforçar o comprometimento com as boas práticas da sustentabilidade empresarial, a Eletrobras publica, desde 2000, Relatório Anual de Sustentabilidade² sob os padrões do *Global Report Initiative (GRI)*³ e, desde 2009, realiza o “Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa”. Além disso, o sistema Eletrobras conta com um Grupo de Trabalho dedicado à discussão dos temas relacionadas à mudanças Climáticas no âmbito do Comitê de Meio Ambiente das empresas Eletrobras, com o Comitê de Sustentabilidade e com unidades organizacionais que visam implementar planos de ação e para atingir as metas de sustentabilidade da empresa.



Diretriz para Estruturação de *Green Bond Framework*

A Eletrobras também participa de diversos fóruns externos como o Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas e a Câmara Técnica de Clima do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável. Em 2016 a Eletrobras assinou o Posicionamento sobre Mecanismos de Precificação de carbono da Iniciativa Empresarial para o Clima - IEC. Em 2017 a Eletrobras assinou a Carta Aberta - Setor Privado apoia Precificação de Carbono no Brasil elaborada pela IEC com apoio da Carbon Pricing Leadership Coalition (CPLC) Carta Aberta - Setor Privado apoia Precificação de Carbono no Brasil elaborada pela IEC, iniciativa do Banco Mundial.

A Eletrobras obteve, pela primeira vez, o conceito "A-" no desempenho em “Mudanças Climáticas” do Carbon Disclosure Project (CDP) 2020, classificação acima da média regional da América do Sul ("D") e do setor de geração renovável ("B"). A companhia manteve, pelo segundo ano consecutivo, a avaliação "A-" para o desempenho em “Segurança Hídrica”, ficando acima da avaliação "B" registrada para a média regional da América do Sul, para o setor de geração renovável e para a média global dos respondentes desse segmento. A Eletrobras também voltou a integrar a carteira do Índice Carbono Eficiente (ICO2) da B3.

A inclusão nesse e em outros indicadores reflete o aprimoramento das boas práticas das empresas Eletrobras aplicadas às suas operações e à gestão, reforçando os compromissos da empresa estabelecidos na Política Ambiental, contribuindo para o ODS 13, dedicado à Ação contra a Mudança Global do Clima.

Estrutura de Governança e Gestão da Sustentabilidade

Para garantir a conexão entre planejamento, estratégia, desempenho e sustentabilidade, contamos com a Comissão Executiva da Gestão da Sustentabilidade das Empresas Eletrobras, coordenada pela Diretoria de Gestão e Sustentabilidade, com reporte ao Comitê de Estratégia, Governança e Sustentabilidade, vinculado diretamente ao Conselho de Administração da Eletrobras. A comissão é responsável por, dentre outras ações, implementar nas empresas Eletrobras processos, procedimentos e ferramentas de gestão sustentável reconhecidas internacionalmente, acompanhar e avaliar os resultados e elaborar planos de metas e de melhorias relacionadas ao tema, promover a gestão integrada das dimensões econômica, social e ambiental nas empresas Eletrobras no sentido de internalizar, difundir e dar transparência ao processo de implementação da Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável, e gerir o Modelo de Criação de Valor das empresas Eletrobras.

¹ <https://eletrobras.com/pt/Paginas/Estrategia-Climatica.aspx>

² Todos os Relatórios Anuais de Sustentabilidade da empresa são de acesso livre no website da empresa. Disponível em: <https://eletrobras.com/pt/Paginas/Relatorio-Anual.aspx>

³ A GRI é uma organização internacional que visa a transparência de práticas de sustentabilidade em âmbito empresarial. Para isso, elas criaram um padrão de indicadores e de boas práticas em um relatório empresarial. Mais informações em: <https://www.globalreporting.org/information/about-gri/Pages/default.aspx>



Diretriz para Estruturação de *Green Bond Framework*

Compromisso com a Sustentabilidade

O nosso Sistema de Gestão da Sustentabilidade se baseia em cinco elementos principais: a Política de Sustentabilidade das Empresas Eletrobras, a Comissão Executiva de Gestão da Sustentabilidade das Empresas Eletrobras, o Sistema de Indicadores de Gestão da Sustentabilidade Empresarial (Sistema IGS), o Modelo de Criação de Valor e o Relato Integrado.

Em 2020, a Eletrobras foi listada pela 13ª vez no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da B3 (Brasil, Bolsa, Balcão - a bolsa de valores oficial do Brasil, sediada na cidade de São Paulo)⁴. Neste ano também, a Eletrobras participou, pela primeira vez, no processo de avaliação e classificação da Vigeo Eiris, e sua classificação (1º lugar no total de 49 empresas do setor de Eletricidade e Gás nos mercados emergentes) demonstrou que as práticas empresariais da Eletrobras, em especial àquelas relativas aos aspectos EESG, estão bem alinhadas às melhores práticas de mercado, considerando suas políticas corporativas, valores, gestão e estratégia.

Em 2021, a Eletrobras foi reconhecida no Prêmio Global de Sustentabilidade da Standard & Poor's, com o "Selo Bronze", que insere a companhia na lista das empresas mais sustentáveis do mundo, de acordo com a organizadora do Dow Jones Sustainability Index (DJSI).

Estes reconhecimentos refletem a consistência e solidez do compromisso com resultados para a sociedade brasileira e com a implementação das melhores práticas nacionais e internacionais de sustentabilidade empresarial.

1.2 Objetivos

O grupo Eletrobras está comprometido em expandir sua matriz de geração e transmissão de energia renovável. Para alavancar esse processo, a companhia pretende realizar emissões de títulos verdes ou climáticos ao longo dos próximos anos, diretamente, ou através das empresas que compoem o grupo. O presente *Framework* tem como objetivo facilitar a transparência, integridade e qualidade das futuras emissões de títulos verdes da Eletrobras. Assim como garantir que as emissões e os projetos subjacentes estejam alinhados com os *Green Bond Principles, Climate Bonds Standards*, com a estratégia de sustentabilidade da companhia e com as melhores práticas internacionais do setor elétrico para emissão de títulos verdes.

A Eletrobras integra ativamente dois grupos de trabalho, *Industry Working Groups (IWG)*, criados pela Climate Bonds Initiative (CBI), o primeiro visando à elaboração dos Critérios de Elegibilidade para Certificação de Hidrelétricas e o segundo para certificação de projetos de Transmissão, Distribuição e Armazenamento, permitindo assim a emissão de Títulos Verdes (*Green Bonds*) associada a estes projetos.

⁴ O ISE agrupa as empresas de capital aberto com melhores compromissos e práticas nos aspectos governança corporativa, econômico-

Diretriz para Estruturação de *Green Bond Framework* financeiro, social, ambiental e mudanças climáticas. Ver mais em http://www.b3.com.br/pt_br/market-data-e-indices/indices/indices-de-sustentabilidade/indice-de-sustentabilidade-empresarial-ise.htm

Com a parceria junto à CBI, que vem sendo construída, a Eletrobras busca “selo verde” para os projetos e ativos de infraestrutura no setor de energia elétrica. Além de valorizar os projetos a serem concedidos e ampliar as alternativas de financiamento, a certificação como “infraestrutura verde” teria impacto nas metas de redução de emissões previstas no Acordo de Paris.

1.3 Referencial para o Green Bond Framework

Os benefícios econômicos da expansão da matriz de energia renovável no Brasil incluem o aumento da segurança energética, em virtude da complementariedade de fontes eólicas e solares com hidrelétricas, e descentralização, assim como manutenção da modicidade tarifária e consequentes ganhos de produtividade para a economia. Os principais benefícios ambientais dessa transição incluem a redução das emissões de gases de efeito estufa, menor consumo de água, menor poluição atmosférica em zonas urbanas e menores impactos sobre a biodiversidade.

Os investimentos em ativos de transmissão, por sua vez, contribuem para o escoamento e transmissão de energia renovável no sistema interligado, reduzindo o índice de perdas e aumento da confiabilidade e segurança do sistema. Ademais diversos standards de sustentabilidade consideram a transmissão de energia com uma categoria de ativos elegível ao recebimento de recursos rotulados como verde, tais como a Taxonomia de Finanças Sustentáveis de União Europeia e Climate Bonds Taxonomy. Vale ressaltar que 100% das linhas de transmissão da Eletrobras estão conectadas ao Sistema Interligado Nacional (SIN), que possui participação majoritária de fontes renováveis geração de energia. Em 2019, o fator de emissão do SIN foi de 75gCO₂eq/kWh gerado, em linha com as melhores práticas definidas pela Taxonomia da União Europeia.

A rede elétrica de baixa emissão de carbono e clima resiliente como ocorrem nos projetos do Sistema Eletrobras, pode ser alcançada com base nos seguintes pontos:

- i. Eles favorecem o envio de usinas geradoras com menores emissões.
- ii. Eles transportam eletricidade a longas distâncias, favorecendo centros de consumo que de outra forma fariam uso de fontes de alto carbono.
- iii. Sistema de transmissão com baixo impacto para o meio ambiente. Respeitando critérios construtivos bem definidos visando à redução do impacto ambiental. Exemplos desses critérios são: Elevação da torre, uso de Torres guyed (ficou), mudanças no layout para proteger áreas de floresta nativa, quando possível, e cortes seletivos em outros casos, entre outros.
- iv. Eles interligam sistemas com características de geração complementar do ponto de vista da sazonalidade (por exemplo, usinas eólicas e hidrelétricas no Brasil registram sua produção máxima em diferentes estações do ano).



Diretriz para Estruturação de *Green Bond Framework*

v. Sistema Elétrico Interligado Nacional (rede básica) com despacho predominantemente renovável, e obras/construções de transmissão elétrica ligadas diretamente à geração verde.

O investimento no mix de fontes renováveis não convencionais e de ativos de transmissão pode alavancar a geração de empregos, especialmente em regiões mais pobres do país, e contribuir para o desenvolvimento territorial e fortalecimento de cadeias produtivas locais.

As obras/construções de Transmissão Elétrica ligadas a um sistema interligado em sua maioria renovável (rede básica) melhoram o fluxo de energia verde, o que leva ao melhor uso da geração e aqueles ligados diretamente aos Centros de Geração Verde (fora da rede básica) também podem ser classificadas como uma melhoria da rede de baixo carbono, pois facilitam o fluxo de energia verde. Por fim, os benefícios acima estão alinhados à agenda governamental na área de energia e climática.

De forma alavancar esse processo, os títulos verdes desempenham um papel para que o mercado de dívida global possa ser um agente central no financiamento de projetos com externalidades climáticas e ambientais positivas.

O Green Bond Principles (GBP) publicado pela Associação Internacional do Mercado de Capital (ICMA) promove a integridade no mercado de títulos verdes por meio de diretrizes que recomendam transparência, divulgação e elaboração de relatórios.

De adesão voluntária, o GBP foi concebido para orientar o fornecimento de informações necessárias para aumentar a alocação de capital para projetos com atributos sustentáveis. Nesse sentido, o GBP visa apoiar os emissores na transição de seu modelo de negócios para uma maior sustentabilidade ambiental.

Além disso, os *Climate Bonds Standards*, divulgados pela Climate Bonds Initiative e também de adesão voluntária, fornecem uma taxonomia que permitem melhor avaliar se determinado projeto possui uma contribuição clara na transição para uma economia de baixo carbono.

2. APLICAÇÃO DOS GREEN BOND PRINCIPLES

Utilizou-se o *Green Bond Principles*⁵ para estabelecer as diretrizes para aplicação e estruturação de mecanismos de financiamento verde no âmbito do Sistema Eletrobras.

Este *Green Bond Framework* se alinha com os quatro componentes principais do GBP: uso de recursos, avaliação e seleção dos ativos, gestão e controle dos recursos e reporte, conforme detalhado abaixo.

2.1 Usos dos Recursos

Os recursos advindos da emissão de títulos verdes originados a partir deste framework serão utilizados para financiamento de **Projetos Elegíveis** *Greenfield* de geração de energia renovável ou de transmissão de energia, a serem incluídos na Carteira até a data de vencimento do Título e/ou refinanciamento de **Projetos Elegíveis** em construção ou em operação onde os



Diretriz para Estruturação de *Green Bond Framework*

investimentos tenham sido realizados até 24 meses antes da emissão do respectivo *Green Bond* e até a data de vencimento do mesmo. Para este documento consideram-se que os **Projetos Elegíveis** correspondem ao desenho, construção, instalação, manutenção melhorias e reforço dos projetos de energia renovável e transmissão de energia, conforme a tabela abaixo:

Categoria	Descrição
Energia renovável	- Investimentos para implementação de novos projetos de energia eólica onshore e offshore - Investimentos para implementação de novos projetos de energia solar onshore e offshore
Transmissão de energia	- Investimentos para implementação de projetos de transmissão de energia, incluindo obras de melhoria e reforço

Antes de cada emissão de título verde, a Eletrobras e suas subsidiárias se comprometem a divulgar para os potenciais investidores o percentual dos recursos verdes direcionados para financiamento e refinanciamento de ativos e projetos elegíveis. Para os casos onde o uso de recursos não estiver definido na pré-emissão, será feita uma estimativa de valores que serão direcionados para financiamento e refinanciamento com base em melhores esforços. Essa comunicação será realizada no próprio documento da emissão.

No processo de elegibilidade de empresas, admite-se como critérios de exclusão a ausência de licenças ambientais em dia, a não conformidade com os critérios ESG (environmental, social and governance) definidos e/ou a não conformidade com Padrões de Desempenho do *International Finance Corporation (IFC)*⁶;

2.1.1 - Exemplos de Projetos elegíveis de geração eólica, solar solar e de linhas de transmissão:

Segue abaixo exemplos de projetos elegíveis de geração eólica, solar e de linhas de transmissão do sistema Eletrobras.

Pindaí I

Localizado no sul da Região Nordeste do Brasil, fazendo limite com outros oito estados brasileiros, nos Municípios de Pindaí e Caetitê no Estado da Bahia, o Complexo Eólico Pindaí I é formado por oito parques (Acauã, Angical 2, Arapapá, Caititu 2, Caititu 3, Carcará, Corrupião 3 e Teiú 2) que totalizam 68 MW de capacidade instalada com 34 aerogeradores. Dos oito parques, somente Angical 2 encontra-se em operação comercial, a qual iniciou em setembro de 2019. Os parques Acauã, Arapapá e Teiú 2 encontram-se em operação em teste. A previsão é de que até janeiro de 2020, todos os aerogeradores estejam em operação comercial. Os parques Caititu 2, Caititu 3, Carcará, Corrupião 3, Arapapá e Teiú 2 aguardam a emissão da Licença de Operação (LO) pelo INEMA.

Emissões anuais de CO2 evitadas: 17.189,13 tCO2 (vigência do contrato: 2015 a 2035)⁷

⁵ Disponível em: <https://www.climatebonds.net/market/best-practice-guidelines>

⁶ O IFC desenvolveu 8 padrões de desempenho relacionados a incorporação da sustentabilidade na estratégia empresarial.

⁷ Disponível em: https://www.ifc.org/wps/wcm/connect/Topics_Ext_Content/IFC_External_Corporate_Site/Sustainability-At-IFC/Policies-Standards/Performance-Standards

Pindaí II

Localizado no sul da Região Nordeste do Brasil, fazendo limite com outros oito estados brasileiros, no Município de Pindaí no Estado da Bahia, é constituído pelos parques Coqueirinho 2 e Papagaio. Todos os treze aerogeradores que compõem a capacidade instalada de 26 MW estão operando comercialmente, sendo que o parque Coqueirinho 2 iniciou a operação comercial em setembro de 2019 e o parque Papagaio iniciou a operação comercial em outubro de 2019.

Emissões anuais de CO₂ evitadas: 6.361,59 tCO₂ (vigência do contrato: 2016 a 2035)

Pindaí III

Localizado no sul da Região Nordeste do Brasil, fazendo limite com outros oito estados brasileiros, situado no Município de Pindaí no Estado da Bahia, é formado apenas pelo parque Tamanduá Mirim 2 de 16 MW distribuídos em oito aerogeradores que já encontram-se em operação em teste. A Licença de Operação (LO) ainda não foi emitida pelo INEMA. Entrada em operação em 2019.

Complexo Eólico Fortim

Empreendimento localizado no estado do Ceará e, assim que estiver em operação, terá a capacidade de entregar energia elétrica renovável, inicialmente de fonte eólica, para abastecer o Sistema Elétrico Brasileiro. O Complexo será composto por 5 parques eólicos, denominados Parque Jandaia (27 MW), Parque São Clemente (21 MW), Parque Jandaia I (24 MW), Parque Nossa Senhora de Fátima (30 MW) e Parque São Januário (21 MW), totalizando 41 aerogeradores e 123 MW de Potência total instalada.

Características do Projeto

Composto por cinco parques eólicos, com capacidade instalada de 123,0 MW; • Uma subestação coletoras/elevadoras 34,5-230 kV; • Redes de média tensão em 34,5 kV a serem conectadas com a referida subestação; • E contará também com uma linha de transmissão em 230 kV, circuito simples, com cerca de 65 km, que interligará o parque eólico ao SIN, por meio do bay de conexão na SE Russas II

Prazo de Concessão: 20 anos

Início da Operação Comercial: 2019

Estrutura Acionária



Localização

O complexo está localizado no município de Fortim, estado do Ceará.



UFV Lapa Solar I

Potencial Fotovoltaico em etapa de desenvolvimento de projeto para compor a carteira de projetos da Eletrobras Chesf candidatos a serem implantados nos próximos anos. O local da implantação do futuro empreendimento fotovoltaico é o município de Bom Jesus da Lapa, Estado da Bahia, região Nordeste do Brasil e que apresenta um dos maiores potenciais de irradiação solar do planeta, superior a 250 W/m². O projeto prevê a conexão ao SIN no próprio município que será implantado. O empreendimento está concebido para a potência de 90 MW, com 36 módulos de 2,5 MW, distribuídos cerca de 370 mil painéis e fator de capacidade de cerca de 28%, com CAPEX estimado de R\$ 320 milhões. O projeto está sendo desenvolvido por equipe própria da Eletrobras Chesf em todas suas etapas, incluindo a instalação de equipamentos de medição de irradiação solar e levantamentos de campo.

LT Mata de Santa Genebra

Empreendimento que permitirá o escoamento, para as regiões Sudeste e Sul, da energia proveniente dos maiores projetos de aproveitamento de energia hidroelétrica em implantação no Brasil, a saber: Complexo do Rio Madeira (UHE Santo Antônio e Jirau), Complexo do Rio Teles Pires (UHE Teles Pires, SINOP, São Manoel e Colider) e Rio Xingu (UHE Belo Monte).

Características do Projeto

Implantação, manutenção e operação de Instalações de Transmissão compostas por:

Diretriz para Estruturação de *Green Bond Framework*

- LT 500 kV Itatiba - Bateias, circuito simples, com extensão aproximada de 399 km, com origem na Subestação Itatiba e término na Subestação Bateias;
- LT 500 kV Araraquara 2 - Itatiba, circuito simples, com extensão aproximada de 207 km, com origem na Subestação Araraquara 2 e término na Subestação Itatiba;
- LT 500 kV Araraquara 2 - Fernão Dias, circuito simples, com extensão aproximada de 241 km, com origem na Subestação Araraquara 2 e término na Subestação Fernão Dias;
- SE Santa Bárbara D'Oeste 440 kV, Compensador Estático (- 300,+300) Mvar;
- SE Itatiba 500 kV, Compensador Estático (-300+300) Mvar; e
- SE 5001440 kV Fernão Dias (9+1 R) x 400 MVA

Prazo de Concessão: 30 anos









Início da Operação Comercial: 2019

Estrutura Acionária



Diretriz para Estruturação de *Green Bond Framework*

O Quadro abaixo resume os benefícios associados aos projetos supracitados:

Projeto	Capacidade de Instalação (MW)	Emissão anual evitada (tCO ₂) ²	Vigência contrato	Benefício Socioambiental (lista não exaustiva)	ODS impactados
Pindaí I	68	17.189,13	2016 - 2037	<ul style="list-style-type: none"> Melhoria dos acessos; Geração de postos de trabalho durante a implantação; Recuperação de nascentes; Geração de renda para os proprietários onde foram implantados os aerogeradores; Regularização da Reserva Legal; Ações sociais realizadas (reforma e doação de equipamento a escolas municipais); Construção de banheiros para famílias residentes na zona rural; Programa de educação ambiental para população atendida; Geração de postos de trabalho durante a implantação; 	     
Pindaí II	26	6.361,59	2016 - 2037		
Pindaí III	16	3.858,04	2016 - 2037		
Complexo Fortim	123	n.d. ³	Até 2039	n.d	 
UFV Lapa Solar I	90	n.d. ³	n.d.	n.d.	
LT Mata de Santa Genebra	847	n.d. ³	Até 2049	n.d	

1 = energia contratada média no Ambiente de Contratação Regulada – ACR

2 = cálculos efetuados considerando o fator de emissão médio mensal do SIN para os 8 meses de 2019 = 0,0619 t CO₂/MWh

3 = Informação ainda não disponível, pois projeto ainda está em estágio de elaboração. Informação estará disponível no relatório de verificação.

2.2 Avaliação e Seleção de Ativos

Foi aprovada em Diretoria Executiva a Resolução 651/2109 em 23/09/2019 as Diretrizes para estruturação de *Green Financing Framework* e verificação da possibilidade de pelo menos um Comitê Executivo existente na empresa voltado ao tema incluírem em suas atribuições as seguintes responsabilidades:

- Avaliar a elegibilidade dos ativos ou projetos submetidos pelas áreas de negócios aos instrumentos de financiamento verde, conforme os critérios estabelecidos na seção Uso dos Recursos;
- Avaliar eventuais propostas de emissões/operações de instrumentos de financiamento verde por empresas, entidades e veículos de investimento nos quais a Eletrobras e/ou as controladas têm participação;
- Supervisionar a alocação dos recursos captados pela emissão do instrumento de *Green Bonds*;
- Propor métricas e reportes para acompanhamento dos projetos elegíveis, tendo como base aquelas pré-definidas na seção Reporte abaixo;
- Divulgação e transparência das informações; e
- Preparação e coleta das evidências necessárias para o trabalho de verificação e/ou certificação de auditores externos.

O Comitê Executivo deverá ser composto por representantes das Áreas de *Tesouraria, Controladoria, Contabilidade, Governança, Sustentabilidade, Meio Ambiente, Engenharia, Finanças Corporativas e Internacional* atua conforme os limites e competências definidas pela Administração da Eletrobras.

Sistema de Gestão Ambiental

A Eletrobras dispõe de um Sistema de Gestão voltado a monitorar todas as ações relacionadas ao meio ambiente, com foco na prevenção e minimização dos impactos negativos e na melhoria da qualidade ambiental, contribuindo para a manutenção do meio ambiente equilibrado para as presentes e futuras gerações e para a construção de um diálogo transparente com os diversos públicos de interesse. O sistema é aplicável para todas as controladas da companhia e se baseia em três elementos principais: a Política Ambiental das Empresas Eletrobras, o Comitê de Meio Ambiente das Empresas Eletrobras e o Sistema de Indicadores de Gestão da Sustentabilidade Empresarial (Sistema IGS⁸) – Dimensão Ambiental.

A Política Ambiental tem o objetivo de orientar o tratamento das questões socioambientais associadas aos nossos empreendimentos. O documento reforça o nosso compromisso com o respeito ao meio ambiente e com o desenvolvimento sustentável do país. Revisada em 2019,

Diretriz para Estruturação de *Green Bond Framework* a versão 4.0 seguiu o disposto no novo normativo interno da Eletrobras, considerando o teor da Norma ISO 14.001 e buscando o alinhamento aos preceitos do Pacto Global.

O Comitê de Meio Ambiente é composto pelos gerentes das áreas de meio ambiente das empresas Eletrobras e, no nível técnico, conta com especialistas organizados em grupos de trabalho temáticos.

A dimensão ambiental do sistema IGS dispõe de 250 indicadores de desempenho ambiental, 439 variáveis e conta com 356 usuários cadastrados, sendo submetido a verificações internas e externas. O sistema armazena, permite a edição, a consulta e a rastreabilidade dos dados relacionados à Sustentabilidade Empresarial, auxiliando na gestão dos indicadores estabelecidos no Plano Diretor de Negócios e Gestão das Empresas Eletrobras (PDNG). Desse modo, o IGS é um elemento que possibilita o acompanhamento das informações e indicadores avaliados para os projetos verdes elegíveis, assim como irá facilitar o processo de transparência e verificação dos indicadores utilizados.

Além das diretrizes internas, as empresas Eletrobras cumprem compromissos e obrigações legais durante o processo de licenciamento ambiental e a operação de seus empreendimentos.

2.2.1 Processo de Avaliação da Elegibilidade

O processo de avaliação dos projetos para composição de portfólio de ativos elegíveis ao financiamento via *Green Bonds* de responsabilidade do Comitê Executivo da Eletrobras é composto por 3 etapas:

- I. Análise Inicial: primeiro filtro de seleção;
- II. Avaliação dos critérios ESG (*environmental, social and governance* ou ambiental, social e governança);
- III. Priorização: Lista final de projetos selecionados.

I. Análise Inicial

A análise inicial tem como objetivo realizar o primeiro nível de seleção e exclusão de projetos a partir de critérios descritos abaixo, tendo como principal produto para a etapa seguinte uma lista enxuta de oportunidades a serem avaliadas.

Portanto, o Comitê avaliará os seguintes critérios:

- O enquadramento do projeto conforme a descrição de Projetos Elegíveis;
- Projetos com desembolso feito nos 24 meses anteriores à data de emissão do título ou após a data de emissão e antes do prazo de vencimento do título.

Para projetos de transmissão de energia, serão financiados somente aqueles que atendam aos critérios abaixo:

⁸Disponível em: <https://eletrobras.com/pt/Paginas/Sistema-IGS.aspx>

- 1) Linhas de transmissão dedicadas a criação de uma conexão direta, ou expansão de uma conexão existente com unidades de geração de energia renovável, conforme definido no item 2.1;
- 2) Linhas de transmissão conectadas a rede, onde o fator de emissão da rede é menor do que 100gCO₂eq/kWh gerado, considerando uma média móvel dos cinco anos anteriores a emissão;
- 3) Melhorias e reforços de projetos de linhas de transmissão que atendam aos critérios 1) e 2) anteriores;

II. Avaliação dos critérios ESG

A segunda etapa compreende a análise das características ambientais, sociais e de governança dos projetos pré-selecionados na etapa inicial. Seguindo uma análise indicativa para os critérios definidos no Anexo I.

Caso o projeto avaliado não seja aprovado em algum requisito descrito neste documento ou quaisquer outros que o Comitê venha a adicionar à análise, será excluído do processo de avaliação e seleção do portfólio elegível aos recursos do *Green Bond*. Além disso, projetos que apresentem melhor avaliação ESG serão priorizados entre os demais para recebimento dos recursos do *Green Bond*.

III. Priorização

Dentre os projetos que tenham sido aprovados na avaliação ESG da etapa II, serão priorizados aqueles projetos em fase de implantação (*Greenfield*), que ainda precisem de recursos para serem concluídos. Projetos *Brownfield* (em operação), cujos desembolsos tenham sido realizados em até 24 meses anteriores a emissão do *Green Bond*, poderão ser priorizados, dependendo da avaliação da Diretoria Executiva de cada empresa do Sistema Eletrobras.

2.3 Gestão e Controle dos Recursos

As emissões poderão ocorrer através da Eletrobras ou de suas controladas listadas acima.

A Eletrobras ou suas controladas, no papel de emissoras do instrumento de financiamento verde, transferirão os recursos líquidos captados por meio de aporte de capital com o objetivo de financiar os desembolsos relacionados aos Projetos Verdes Elegíveis.

O fluxo dos recursos captados será monitorado de forma contínua ao longo de todo período de

maturidade do título. O Comitê Executivo da Eletrobras será o responsável por controlar a alocação dos recursos para assegurar o atendimento dos critérios ESG definidos no *Framework*.

Após cada emissão de títulos verdes, os recursos destinados aos projetos elegíveis deverão ser aplicados parcialmente em até 24 meses e em sua totalidade até o vencimento do título.

Até que se obtenha a aplicação da totalidade dos recursos, o Comitê divulgará o montante líquido dos recursos temporariamente não alocados, que serão mantidos na forma de caixa, equivalentes de caixa, depósitos com liquidez, ou outros instrumentos que não apresentem impacto negativo sobre o clima.

Os pagamentos de juros e principal do instrumento de financiamento verde estarão vinculados ao balanço da companhia emissora, da Eletrobras, e não estão relacionados ao desempenho socioambiental dos Projetos Elegíveis que receberão o *funding*.

Caso algum dos Projetos Elegíveis deixe de atender aos critérios de elegibilidade descritos na seção 2.2.1, os recursos serão alocados para outros projetos verdes elegíveis até o prazo de vencimento do título.

2.4 Reporte

2.4.1 Alocação dos Recursos

Até que os recursos líquidos da captação sejam integralmente alocados aos Projetos Elegíveis e, posteriormente, até o vencimento do título, a Eletrobras e suas empresas controladas fornecerão anualmente aos investidores em seu *website* ou no relatório anual de sustentabilidade:

Nível do Projeto

- Descrição do Projeto selecionado (capacidade instalada, tecnologia utilizada, localização do projeto, status da terra, fonte geradora, etc.);
- *Status* de progresso do projeto e fatos relevantes;
- Montante aprovado, status da alocação, participação dos recursos verdes na estrutura de capital do projeto (%) e percentual de participação da Eletrobras ou das controladas no projeto (para cofinanciamentos);
- Previsão de desembolso do projeto;
- Nome da controlada onde foi realizada a emissão da dívida verde;_

Nível Agregado

- Montante total alocado aos projetos vis-à-vis o montante total captado (%);
- Saldo dos recursos líquidos ainda a ser alocado;
- Instrumentos financeiros nos quais serão mantidos os recursos ainda não desembolsados;
- Percentual de recursos utilizados para financiamento x refinanciamento dos projetos elegíveis (%);

A divulgação anual dos indicadores acima está em linha com as melhores práticas de mercado conforme estabelecido pela International Capital Markets Association e Climate Bonds Standards

2.4.2 *Relatório de impacto*

Anualmente, a Eletrobras irá divulgar um relatório com os impactos dos projetos e ativos elegíveis para seus investidores, em seu website ou no relatório anual de sustentabilidade. As metodologias e baselines utilizados nesse relatório de impacto também serão publicamente disponibilizadas. Serão divulgados por tipo e região os indicadores na tabela abaixo:

Tema	Indicador
Geração de energia e emissões evitadas (somente para geração de energia)	<ul style="list-style-type: none"> - Produção anual de energia renovável em MWh - Capacidade instalada de energia renovável em MW - Emissões anuais de GEE evitadas (tCO₂eq)
Transmissão de energia limpa (somente para transmissão de energia)	<ul style="list-style-type: none"> - Fator médio de emissão do SIN nos últimos cinco anos (tonCO₂eq/KWh gerado)
Saúde e segurança	<ul style="list-style-type: none"> - Número de acidentes (fatais e severos)
Comunidades	<ul style="list-style-type: none"> - Número e descrição das ações sociais implementadas - Número de beneficiários das ações sociais implementadas
Biodiversidade	<ul style="list-style-type: none"> - Número e descrição das ações para proteção e restauração da biodiversidade
Controvérsias	<p>Controvérsias envolvendo os Projeto Elegível (se houverem). A Eletrobras irá monitorar, durante toda a vida útil da emissão as controvérsias ASG que eventualmente ocorrerem. E também fornecerá aos investidores informações sobre as principais questões envolvidas e as ações implementadas e caso, necessário, a exclusão do projeto do pool de projetos financiados por <i>Green Bonds</i>.</p>

2.4.3 *Avaliação Externa*

A Eletrobras se engajou com a Vigeo Eiris para elaboração de um parecer independente (*Second Party Opinion*) sobre este *Framework*, em relação ao seu alinhamento com os *Green Bond Principles* e credenciais verdes. O objetivo da avaliação externa é fornecer aos investidores segurança quanto à transparência e padronização da operação.



Diretriz para Estruturação de *Green Bond Framework*

Este *Framework* e respectivo *Second Party Opinion* serão publicados na página de Relações com Investidores do *website* da Eletrobras.

Além disso, os projetos identificados como elegíveis na carteira de projetos renováveis do Sistema Eletrobras estão alinhados com os Climate Bonds Standards da CBI. Com isso, será realizada a certificação programática da Climate Bonds Initiative, de modo a corroborar as externalidades ambientais e positivas climáticas associadas aos projetos que serão financiados pelos *Green Bonds* da Eletrobras.

Um ano após a emissão, a Eletrobras se compromete a reavaliar seus *Green Bonds* (*post-issuance review*), de modo a garantir que estes mantenham conformidade com os Climate Bonds Standards.

Ademais, a Eletrobras elabora um Relatório Anual que é assegurado por um auditor independente. Neste relatório constarão informações que demonstrem a alocação dos recursos, para garantir que os recursos líquidos captados via instrumentos de financiamento verde tenham sido destinados em conformidade com todos os critérios estabelecidos na seção Uso dos Recursos, assim como os indicadores de impacto descritos na seção 2.4.2.

ANEXO I: CRITÉRIOS ASG PARA AVALIAÇÃO DA ELEGIBILIDADE DOS PROJETOS

Ambiental	Elegibilidade	Social	Governança
Licenciamento ambiental e demais autorizações	Projetos que apresentem regularidade do processo e possuam as licenças e autorizações compatíveis com a etapa	Comunicação ou relacionamento com a população atingida	Ética, políticas anticorrupção
Unidades de conservação e outras áreas relevantes para a conservação ambiental	Projetos que não afetem Unidades de conservação e outras áreas relevantes para a conservação ambiental	Promoção ao desenvolvimento local/regional	Transparência
Terras Indígenas e Comunidades Tradicionais (conforme Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais)	Projetos que não afetem terras Indígenas e Comunidades Tradicionais	Respeito aos direitos humanos	Auditoria externa
Patrimônio arqueológico, histórico, cultural, paleontológico, espeleológico e natural	Projetos que não afetem patrimônio arqueológico, histórico, cultural, paleontológico, espeleológico e natural	Saúde e segurança do trabalho	

Diretriz para Estruturação de *Green Bond Framework*

<p>Uso e ocupação do solo</p>	<p>Projetos localizados em áreas que não apresentem potencial de conflitos pelo uso e ocupação do solo (ex: áreas turísticas, áreas produtivas etc.)</p>		
<p>Situação fundiária</p>	<p>Projetos localizados em áreas que não apresentem potencial de conflitos fundiários</p>		



Diretriz para Estruturação de *Green Bond Framework*